

Termo de Referência 8/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2024	158138-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA	CARLOS DIEGO DOS SANTOS CARVALHO	06/05/2024 10:38 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	90086/2023	23381.000960.2024-13

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de fretamento, sob demanda, de veículos automotores, para fins de atendimento as necessidades institucionais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA								
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO VAN EXECUTIVA: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 15 (quinze) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com					

	1	25089	crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (e m conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS, em perfeito estado de conservação e com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	Municípios de João Pessoa /PB; Cabedelo /PB e Santa Rita/PB	18.000	R\$ 5,86	R\$ 105.480,00
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO MICRO-ÔNIBUS: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 22 (vinte e dois) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os		Municípios de João Pessoa			

1	2	25089	passageiros e motorista, air bag (e m conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	/PB; Cabedelo /PB e Santa Rita/PB	22.000	R\$ 7,00	R\$ 154.000,00
	3	25089	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (e m conformidade com as resoluções do	Km Rodado	Municípios de João Pessoa /PB; Cabedelo /PB e Santa Rita/PB	47.000	R\$ 12,94	R\$ 608.180,00

			CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.					
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO							R\$ 867.660,00	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA								
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	4	25089	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO VAN EXECUTIVA: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 15 (quinze) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag	Km Rodado	Municípios de Itabaiana/PB e Pedras de Fogo	5.000	R\$ 5,86	R\$ 29.300,00

			(em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS, em perfeito estado de conservação e com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.		/PB			
2	5	25089	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO MICRO-ÔNIBUS: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 22 (vinte e dois) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de	Km Rodado	Municípios de Itabaiana/PB e Pedras de Fogo /PB	18.500	R\$ 7,00	R\$ 129.500,00

			emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.					
	6	25089	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e	Km Rodado	Municípios de Itabaiana/PB e Pedras de Fogo /PB	23.500	R\$ 12,94	R\$ 304.090,00

			com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.					
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO							R\$ 462.890,00	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA								
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	7	25089	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO VAN EXECUTIVA: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 15 (quinze) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de	Km Rodado	Municípios de Guarabira/PB e Areia/PB	5.000	R\$ 5,86	R\$ 29.300,00

			mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS, em perfeito estado de conservação e com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.					
3	8	25089	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO MICRO-ÔNIBUS: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 22 (vinte e dois) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de</p>	Km Rodado	Municípios de Guarabira/PB e Areia/PB	8.500	R\$ 7,00	R\$ 59.500,00

			fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquias mínimas de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.					
	9	25089	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquias mínimas de 100 (cem) km,	Km Rodado	Municípios de Guarabira/PB e Areia/PB	9.500	R\$ 12,94	R\$ 122.930,00

			para viagens de ida e volta.				
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO							R\$ 211.730,00

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA								
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	10	25089	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO VAN EXECUTIVA: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 15 (quinze) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS, em perfeito estado de conservação e com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação. Sistema de	Km Rodado	Municípios de Campina Grande/PB e Soledade/PB	6.000	R\$ 5,86	R\$ 35.160,00

			remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.					
4	11	25089	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO MICRO-ÔNIBUS: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 22 (vinte e dois) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.</p>	Km Rodado	Municípios de Campina Grande/PB e Soledade/PB	8.000	R\$ 7,00	R\$ 56.000,00

			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.					
	12	25089	Km Rodado	Municípios de Campina Grande/PB e Soledade/PB	13.800	R\$ 12,94	R\$ 178.572,00	
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO						R\$ 269.732,00		

GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	13	25089	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO VAN EXECUTIVA: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 15 (quinze) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS, em perfeito estado de conservação e com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	Município de Picuí/PB	12.000	R\$ 5,86	R\$ 70.320,00
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO					

5	14	25089	AUTOMOTOR - TIPO MICRO-ÔNIBUS: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 22 (vinte e dois) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	Município de Picuí/PB	12.000	R\$ 7,00	R\$ 84.000,00
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA,					

	15	25089	com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	Município de Picuí/PB	10.000	R\$ 12,94	R\$ 129.400,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO							R\$ 283.720,00	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA								
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO VAN					

	16	25089	<p>EXECUTIVA: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 15 (quinze) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS, em perfeito estado de conservação e com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.</p>	Km Rodado	Município de Patos/PB e Santa Luzia/PB	16.000	R\$ 5,86	R\$ 93.760,00
			<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO MICRO-ÔNIBUS: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da</p>					

6	17	25089	Paraíba, com capacidade mínima de 22 (vinte e dois) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	Município de Patos/PB e Santa Luzia/PB	16.000	R\$ 7,00	R\$ 112.000,00
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente					

	18	25089	uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	Município de Patos/PB e Santa Luzia/PB	22.000	R\$ 12,94	R\$ 284.680,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO							R\$ 490.440,00	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA								
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO VAN EXECUTIVA: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 15					

	19	25089	(quinze) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (e m conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS, em perfeito estado de conservação e com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	Município de Sousa/PB e Catolé do Rocha/PB	14.400	R\$ 5,86	R\$ 84.384,00
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO MICRO-ÔNIBUS: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 22 (vinte e dois) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com					

7	20	25089	crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (e m conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	Município de Sousa/PB e Catolé do Rocha/PB	14.400	R\$ 7,00	R\$ 100.800,00
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os	Km	Município de Sousa/PB e			

	21	25089	passageiros e motorista, air bag (e m conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Rodado	Catolé do Rocha/PB	35.000	R\$ 12,94	R\$ 452.900,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO							R\$ 638.084,00	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA								
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO MICRO-ÔNIBUS: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 22 (vinte e dois) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com					

8	22	25089	crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	Município de Itaporanga/PB e Princesa Isabel/PB	4.000	R\$ 7,00	R\$ 28.000,00
	23	25089	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e	Km Rodado	Município de Itaporanga/PB e Princesa	10.000	R\$ 12,94	R\$ 129.400,00

			motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.		Isabel/PB			
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO						R\$ 157.400,00		

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA								
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som					

9	24	25089	ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	Município de Monteiro/PB	6.000	R\$ 12,94	R\$ 77.640,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO							R\$ 77.640,00	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ								
GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	LOCALIDADES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO VAN EXECUTIVA: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 15 (quinze) passageiros, com motorista					

	25	25089	devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, freios ABS, em perfeito estado de conservação e com no máximo 5 (cinco) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	Município de Caucaia/CE	3.000	R\$ 5,86	R\$ 17.580,00
			LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO MICRO-ÔNIBUS: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima de 22 (vinte e dois) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para					

10	26	25089	todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquia mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.	Km Rodado	Município de Caucaia/CE	4.000	R\$ 7,00	R\$ 28.000,00
	27	25089	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO EXECUTIVO: para atender a deslocamentos, IDA e VOLTA, com seguro total, para qualquer cidade dentro ou fora do Estado da Paraíba, com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, com motorista devidamente uniformizado e identificado com crachá, som ambiente, ar condicionado higienizado, cinto de segurança para todos os passageiros e motorista, air bag (em conformidade com as resoluções do CONTRAN que disciplinam a matéria), com	Km Rodado	Município de Caucaia/CE	6.000	R\$ 12,94	R\$ 77.640,00

		janelas de emergência dotadas de mecanismos de abertura do tipo ejetável, em perfeito estado de conservação e com no máximo 8 (oito) anos de fabricação. Sistema de remuneração por quilômetro rodado, com franquias mínima de 100 (cem) km, para viagens de ida e volta.					
VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO						R\$ 123.220,00	

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do(a) data de assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente, contínua e prolongada, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, nos termos do inciso XV, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as disposições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar;

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no ***Plano de Contratações Anual 2024***, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **10783898000175-0-000008/2024**

II) Data de publicação no PNCP: **19/05/2023**

III) Id do item no PCA: **107**

IV) Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS

V) Identificador da Futura Contratação: 158138-90086/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

4.1.1. A empresa contratada deve possuir e oferecer veículos que atendam aos padrões de emissões estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), além de veículos elétricos ou híbridos.

4.1.2. Os veículos oferecidos devem possuir etiquetagem de eficiência energética concedida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), indicando eficiência energética de acordo com o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular.

4.1.3. Os veículos disponibilizados devem atender aos padrões de segurança veicular estabelecidos pelo Programa de Avaliação de Veículos Novos para a América Latina e o Caribe (Latin NCAP), ou similares.

4.1.4. A empresa deve possuir um programa de manutenção preventiva dos veículos, com controle das atividades realizadas. Além disso, deve garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pela manutenção dos veículos.

4.1.5. A empresa deve utilizar de peças de reposição originais ou de alta qualidade, visando prolongar a vida útil dos veículos e reduzir o descarte de resíduos.

4.1.6. Destinar adequadamente os resíduos gerados durante a prestação dos serviços, priorizando a reciclagem e a reutilização.

4.1.7. Utilizar tecnologias e materiais que contribuam para a redução do consumo de recursos naturais, como sistemas de iluminação LED e materiais reciclados.

4.1.8. A empresa deve possuir uma política de renovação da frota, com veículos com idade média máxima admitidas na descrição do objeto, priorizando a utilização de tecnologias menos poluentes e mais eficientes.

4.1.9. Estabelecer medidas para reduzir resíduos gerados pelos veículos, como a separação e destinação adequada de resíduos sólidos;

4.1.10. Estabelecer mecanismos de controle e monitoramento dos impactos ambientais e sociais dos serviços de fretamento, com a divulgação periódica de relatórios de sustentabilidade.

4.1.11. Priorizar veículos que atendam a requisitos de acessibilidade, facilitando o transporte de pessoas com mobilidade reduzida;

4.1.12. A empresa deve adotar políticas de inclusão social, como a contratação de pessoas em situação de vulnerabilidade social e a promoção de ações sociais na comunidade.

4.1.13. A empresa deve realizar campanhas de conscientização junto aos usuários dos serviços de fretamento, visando promover a adoção de práticas sustentáveis durante o uso dos veículos.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do termo de contrato, conforme necessidade da CONTRATANTE.

5.1.2. A CONTRATADA será oficialmente convocada pelo CONTRATANTE para participar de uma Reunião Inicial com objetivo de apresentar o planejamento inicial da execução

contratual relacionada no escopo deste instrumento e absorver o conhecimento preliminar necessário para prestação dos serviços contratados.

5.1.3. Na reunião inicial, o CONTRATANTE repassará as informações do ambiente organizacional do CONTRATANTE necessárias para execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

5.1.4. A reunião inicial deverá ser convocada para promover os seguintes objetivos principais:

5.1.4.1. Apresentar e sanar dúvidas sobre a sistemática de execução e gestão dos serviços;

5.1.4.2. Apresentar o Preposto da CONTRATADA, informando o número de telefone e e-mail de contato do Preposto designado;

5.1.4.3. Apresentar o Gestor do Contrato e os Fiscais do CONTRATANTE.

5.1.5. Como resultado da reunião inicial, será elaborada uma Ata de Reunião que deverá ser aprovada por todos os participantes.

5.1.6. O Representante legal e o Preposto da CONTRATADA deverão assinar o termo de contrato e demais documentos relativos a execução contratual.

5.1.7. Procedimentos para encaminhamento e controle de solicitações

5.1.7.1. A Ordem de Serviço é o instrumento formal pelo qual o CONTRATANTE abre solicitação de serviço para a CONTRATADA, sendo assim o instrumento administrativo legal que autoriza a prestação do serviço e que servirá de consulta base para fins de recebimento provisório, definitivo e faturamentos.

5.1.7.2. A Ordem de Serviço será emitida, executada, monitorada, controlada e encerrada em conjunto pelo CONTRATANTE e a CONTRATADA.

5.1.7.3 A Ordem de Serviço será elaborada e assinada pelo Fiscal Requisitante, revisada e assinada pelo Gestor de Contrato e recebido pelo Preposto da CONTRATADA.

5.1.7.4. As Ordens de Serviço serão emitidas no intuito de atender as necessidades do serviço, devendo, contudo, manter as informações mínimas necessárias para sua execução, sendo proposto por qualquer das partes, entretanto sua alteração ficará a critério do CONTRATANTE.

5.1.7.5. As Ordens de Serviços serão emitidas e encaminhadas à empresa CONTRATADA através de e-mail, ou outro canal de comunicação disponibilizado pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis anteriores à data programada para a(s) viagem(ns). A execução do serviço será iniciada com a apresentação do veículo, com motorista, em horário e local previamente informados pelo CONTRATANTE, por meio da Ordem de Serviço.

5.1.7.5.1. Após a solicitação do serviço, a empresa deverá indicar, o mais rápido possível, marca, modelo, ano e placas do(s) veículo(s), bem como o nome e número do telefone celular do motorista ao CONTRATANTE. O motorista deverá possuir perfil profissional discreto e cortês, que se apresentará com trajes de passeio completo (terno e gravata), em cores sóbrias e sapato social, independentemente do local da missão.

5.1.7.6. Caso haja cancelamento da solicitação de veículos, a comunicação deverá ser feita com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Caso a comunicação não seja tempestiva, será devido, a título de “no show”, valor que não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente à franquia mínima estabelecida para o objeto da contratação.

5.1.7.7. Caso haja a necessidade excepcional de cancelamento com prazo inferior ao do item 5.1.7.6., o CONTRATADO poderá pleitear o ressarcimento das despesas em que, de fato, já tiver incorrido de forma irreversível e que efetivamente comprovar. Nessa circunstância, a comprovação das despesas em questão deverá ser feita por meio de notas fiscais e comprovantes dos respectivos pagamentos.

5.1.7.8. A execução do serviço será iniciada com a apresentação do veículo, com motorista, em horário e local previamente informados pelo CONTRATANTE por meio da Ordem de Serviço (OS).

5.1.7.9. A execução dos serviços poderá ocorrer para qualquer período do dia e qualquer dia da semana, inclusive finais de semana ou feriados. Por essa razão, o CONTRATADO deverá possuir uma central de atendimento e um telefone móvel 24 (vinte e quatro) horas disponível para receber chamados do CONTRATANTE.

5.1.8. Forma de execução e acompanhamento dos serviços

5.1.8.1. Durante a vigência do contrato, os serviços serão disponibilizados sob demanda, pela CONTRATADA, realizando todas as tarefas enunciadas no presente Termo de Referência e seu Apêndice.

5.1.8.2. Poderão ser realizadas reuniões gerenciais e técnicas periódicas a critério da CONTRATANTE, para planejamento e execução de tarefas com vistas à melhoria do ambiente instalado.

5.1.8.3. Serão utilizadas, como parâmetros para a quantificação das distâncias e do tempo de deslocamento, as informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – e/ou do Órgão Estadual congênere, assim como do serviço Google Maps, disponível em <https://www.google.com.br/maps>.

5.1.8.3.1. Para estipulação do tempo de deslocamento rodoviário, sempre será considerada a rota mais rápida indicada pelas fontes acima mencionadas.

5.1.8.4. Nos casos de deslocamentos em que o itinerário percorrido ultrapasse 8 (oito) horas de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar 2 (dois) motoristas, que trabalharão em sistema de revezamento, sendo pagas diárias de 8 (oito) horas para cada um destes motoristas.

5.1.8.4.1. Os casos omissos deverão observar as disposições da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, também conhecida como Lei do Motorista, a qual estabelece normas para o exercício da profissão de motorista profissional, regulamentando, entre outras questões, a jornada de trabalho, o tempo de direção, os intervalos obrigatórios, o descanso e a remuneração.

5.1.8.5. O(s) veículo(s) disponibilizado(s) pela CONTRATADA deverá estar inteiramente equipado e em perfeitas condições de uso, asseio e funcionamento, com

pneus em bom estado, motorização e itens de segurança, além das devidas inspeções e manutenções recomendadas de acordo com as Normas do CONTRAN e as especificações descritas no manual do proprietário.

5.1.8.6. Os serviços deverão ser desenvolvidos de forma segura e confortável, nos itinerários fixados na Ordem de Serviço (OS).

5.1.8.7. Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados de comum acordo com o Órgão CONTRATANTE e sempre que for necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego.

5.1.8.8. As tratativas e esclarecimentos necessários entre as partes contratantes não poderão implicar em alterações nas condições e especificações contratadas, sendo vedado negociar condições diferentes das enunciadas no presente Termo de Referência e seu Apêndice.

5.1.9. Da estrutura operacional da empresa

5.1.9.1. A CONTRATADA deverá oferecer condições de pronto atendimento na execução dos serviços, disponibilizando os veículos nos horários, datas e locais préestabelecidos pela CONTRATANTE, nas quantidades solicitadas, independente do local de onde tenha que trazê-los.

5.1.9.2. Os veículos terão prévia avaliação e aprovação do setor técnico responsável da CONTRATANTE.

5.1.9.3. A CONTRATADA deverá providenciar a imediata substituição dos veículos que apresentarem defeito, que estiverem fora das especificações exigidas ou que não tenham sido aprovados em avaliação prévia por parte do setor técnico responsável da CONTRATANTE, bem como os que estejam em mau estado de conservação e, também, em caso de furto ou roubo.

5.1.9.4. A CONTRATADA se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspecto da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

5.1.10. Os serviços poderão ser demandados pelo Órgão Gerenciador, assim como pelos os demais Órgãos / Entidades participantes, os quais estão localizados nos seguintes endereços:

UNIDADE	ENDEREÇO
IFPB - REITORIA	SEDE - Av. João da Mata, 256 Jaguaribe - João Pessoa/PB CEP: 58.015-020. PROEXC/PRAE - Rua das Trincheiras, 275 Centro - João Pessoa/PB CEP: 58.013-120. PRAF - Av. Almirante Barroso, 1077 Centro - João Pessoa/PB CEP: 58013-120.

IFPB - POLO DE INOVAÇÃO JOÃO PESSOA	Avenida Getúlio Vargas, n.º 255/277 Centro - João Pessoa-PB CEP: 58.013-240.
IFPB - CAMPUS AVANÇADO JOÃO PESSOA-MANGABEIRA	Rua Euridice Félix Cabral, S/N Bancários - João Pessoa-PB CEP: 58.051-105.
IFPB - CAMPUS AVANÇADO CABEDELO-CENTRO	Rua Pastor José de Oliveira Alves, S/N Centro - Cabedelo-PB CEP: 58.101-232.
IFPB - CAMPUS AVANÇADO PEDRAS DE FOGO	Rua Andre Vidal de Negreiros, S/N Centro - Pedras de Fogo-PB CEP: 58.328-000
IFPB - CAMPUS AVANÇADO SOLEDADE	Acesso Rodovia BR-230, Km-215, S/N São José - Soledade-PB CEP: 58.155-000
IFPB - CAMPUS AVANÇADO AREIA	Rua Prefeito Pedro Cunha Lima, S/N Jussara - Areia-PB CEP: 58.397-000
IFPB - CAMPUS CAMPINA GRANDE	Avenida Tranquilino Coelho Lemos, 671 Dinamérica - Campina Grande-PB CEP: 58.432-300
IFPB - CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA	Rua Cícero Pereira de Lima, 227 José Pereira de Lima - Catolé do Rocha-PB CEP: 58884-000
IFPB - CAMPUS GUARABIRA	Rua Professor Carlos Leonardo Arcoverde Rodovia PB-057, KM 02 - S/N - Guarabira-PB CEP: 58.200-000
IFPB - CAMPUS ITABAIANA	Acesso Rodovia PB-054, Km 17, S/N Alto Alegre - Itabaiana-PB CEP: 58.360-000
IFPB - CAMPUS ITAPORANGA	Acesso Rodovia PB 386, Km 2, S/N. Centro - Itaporanga-PB CEP: 58.780-000
IFPB - CAMPUS JOÃO PESSOA	Av. Primeiro de Maio, 720 Jaguaribe - João Pessoa-PB CEP: 58.015-4350

IFPB - CAMPUS MONTEIRO	Acesso Rodovia PB 264, S/N. Vila Santa - Maria Monteiro-PB CEP: 58.500-000
IFPB - CAMPUS PATOS	Acesso Rodovia PB 110. Alto da Tubiba - Patos-PB CEP: 58.700-000
IFPB - CAMPUS PICUÍ	Acesso à Rodovia PB 151, S/N Cenecista - Picuí-PB CEP: 58.187-000
IFPB - CAMPUS PRINCESA ISABEL	Acesso Rodovia PB 426, Sítio Barro Vermelho, S/N Zona Rural - Princesa Isabel-PB. CEP: 58.755-000
IFPB - CAMPUS SANTA LUZIA	Rua Jader Medeiros, S/N Centro - Santa Luzia-PB. CEP: 58.600-000
IFPB - CAMPUS SANTA RITA	Acesso BR-230, Km 42, S/N Bairro Popular - Santa Rita-PB. CEP: 58.301-645
IFPB - CAMPUS SOUSA	Avenida Pedro Antunes de Oliveira, SN São Gonçalo - Sousa-PB CEP: 58.814-000
IFCE - CAMPUS CAUCAIA	Rua Francisco da Rocha Martins, S/N Pabussu - Caucaia-CE CEP: 61609-090

5.1.11. A prestação dos serviços de fretamento de veículos automotores, deverá ser executada em todo o território nacional, com maior frequência nos municípios de atividade do órgão CONTRATANTE, assim como no âmbito das sedes das unidades administrativas e acadêmicas do órgão CONTRATANTE nos endereços descritos na tabela acima.

Rotinas a serem cumpridas

5.2. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.2.1. Coordenador de Transporte

5.2.1.1. O CONTRATANTE designará servidor responsável pela emissão e monitoramento da execução dos serviços, que ficará encarregado de transmitir orientações específicas ao preposto do CONTRATADO e aos motoristas sobre trajetos, horários e outros detalhes locais da prestação dos serviços.

5.2.2. Aspectos a serem observados pelos motoristas

5.2.2.1. Os seguintes pontos devem ser observados pelos motoristas:

- a. Apresentar-se corretamente uniformizado, camisa de manga longa na cor branca ou azul, com colarinho e punhos na mesma cor, sapatos pretos engraxados e lustrados, meias pretas e gravata discreta, sendo vedado o uso de gravata borboleta;
- b. Apresentar-se sempre asseado, barbeado e com os cabelos preferencialmente com corte curto e discreto;
- c. Proceder com cortesia e respeito no trato com os demais funcionários e com o público em geral;
- d. Observar as orientações dadas pelo CONTRATANTE ou pelo coordenador de transporte, bem como pelo motorista encarregado do deslocamento do cortejo;
- e. Levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer anormalidade que observar no veículo sob sua responsabilidade;
- f. Permanecer atento em seu posto de serviço, durante o horário de expediente, dele só se afastando por ordem superior ou motivo justificado;
- g. Verificar, antes de iniciar o serviço, se o veículo está devidamente abastecido de combustível, óleo lubrificante, água para o sistema de refrigeração, para o reservatório do limpador de pára-brisas, para a bateria, com os pneus calibrados e tudo o mais que diga respeito à conservação do veículo;
- h. Manter limpo o veículo em que trabalha tanto no aspecto externo quanto interno, em especial os cinzeiros, carpete e estofamento;
- i. Conduzir o veículo de maneira correta e em estrita observância às normas de trânsito;
- j. O motorista é o responsável exclusivo pelo veículo em que trabalha, desde o recebimento até a entrega das chaves.
- k. Em caso de acidente, se comprovada a culpa do motorista, correrá por conta do CONTRATADO o ressarcimento de quaisquer danos ao veículo e a terceiros.

5.2.2.2. As seguintes vedações devem ser observadas em relação aos motoristas:

- a. Fazer uso de cigarros, cigarrilhas, charutos e cachimbos no interior do automóvel;
- b. Ausentar-se do serviço sem permissão;
- c. Conduzir pessoas estranhas ao serviço, ressalvados os casos especiais de socorro;
- d. Abandonar o veículo em via pública;
- e. Ingerir bebidas alcoólicas quando em serviço, bem como tê-las em depósito ou transportá-las no veículo.

5.2.2.3. O CONTRATANTE poderá requisitar a substituição do motorista que não observar os pontos apresentados neste Termo de Referência, especialmente os destacados nos itens 5.2.2.1 e 5.2.2.2.

5.2.2.4. A substituição requisitada na forma do item anterior deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, contadas a partir da comunicação formal expedida pelo CONTRATANTE.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos, uniformes e demais materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. O CONTRATADO deverá indicar preposto que mantenha contato célere e efetivo com o CONTRATANTE, com alçada para solução de problemas, durante toda a execução contratual.

5.4.2. Os veículos utilizados na prestação do serviço deverão atender rigorosamente ao limite de idade e demais especificações constantes na descrição do objeto estabelecido no presente Termo de Referência e seu Apêndice, bem como estar em adequado estado de funcionamento e conservação, em situação regular de trânsito e devidamente limpos.

5.4.3. Os veículos disponibilizados serão submetidos a inspeção por representante do CONTRATANTE.

5.4.4. O veículo eventualmente reprovado na inspeção deverá ser substituído no prazo máximo de 30 (trinta) minutos da respectiva notificação, na hipótese de não ser possível a solução imediata e definitiva da falha que deu motivo à reprovação.

5.4.5. Os motoristas empregados na prestação do serviço deverão ser habilitados em direção defensiva, conhecer minuciosamente a praça onde os serviços serão prestados e estar habituados a conduzir em cortejo, com sincronia e disciplina.

5.4.6. Os preços oferecidos deverão contemplar os seguintes custos:

- a. Quilometragem a ser percorrida estabelecida no itinerário;
- b. Diária do motorista e respectivos encargos laborais;
- c. Combustível durante todo o período de fretamento;
- d. Estacionamento;
- e. Pedágios;
- f. Multas;
- g. Alimentação dos motoristas;
- h. Hospedagem dos motoristas, caso recrutados em outras praças ou na hipótese de deslocamento para fora da sede do evento;
- i. Cobertura total contra furto, roubo, incêndio e danos provenientes de colisão, tanto do veículo fretado quanto de terceiros;

- j. Impostos e taxas em relação aos quais a locação dos veículos constitua fato gerador.
- 5.4.7. São de inteira responsabilidade do CONTRATADO as despesas de locomoção dos veículos e dos motoristas até os locais da prestação dos serviços.
- 5.4.8. Os quantitativos constantes do Anexo I, deste Termo de Referência são estimativas calculadas com base no histórico de execução de serviços dos últimos 12 (doze) meses, provenientes de ARP e ou contratos pactuados no período, para atendimento às respectivas unidades. De forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 5.4.9. Os veículos devem ser apresentados ao CONTRATANTE com o tanque de combustível completo. É responsabilidade do CONTRATADO manter os veículos abastecidos com combustível durante toda a prestação dos serviços, devendo informar ao representante do CONTRATANTE ou ao Coordenador de Transporte a forma como se dará o abastecimento durante o fretamento (convênio com posto de gasolina, cartão combustível, etc.)
- 5.4.10. Todos os demais custos da operação do CONTRATADO para a prestação dos serviços deverão estar apurados no preço dos itens que compõem o grupo que constitui objeto da contratação.
- 5.4.11. No caso de contatos por meio de correio eletrônico, deverá ser utilizado endereço eletrônico corporativo do CONTRATADO criado exclusivamente para atendimento ao Contrato.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Relativamente a cada evento executado, o pagamento será devido tão somente em relação aos itens relacionados nas respectivas OS que tiverem sido efetivamente enviadas ao CONTRATADO e executados no evento, considerando também os seus aditamentos para a supressão ou acréscimo de itens ou quantitativos;

7.3.2. As unidades de medida aplicáveis aos itens serão somente as constantes do Anexo I;

7.3.3. A cada pagamento será aplicado, para verificação da qualidade no procedimento de recebimento do objeto da prestação do serviço, o IMR.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para

que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão

de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário e o critério de aceitabilidade dos preços será o preço global do grupo associado ao preço unitário de cada item, fixando-se como os respectivos preços máximos aqueles indicados neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.26.1.1. No mínimo 1 (um) Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa licitante já executou serviços compatíveis com o objeto dessa licitação a um quantitativo de 1% (um por cento) da quantidade total do bem licitado pretendido ou similar;

8.26.1.2. Prova de atendimento aos requisitos de prestação de serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, em regime de fretamento, previstos na Resolução ANTT n.º 4.777/2015, por meio do envio do Termo de Autorização para prestar serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, em regime de fretamento (TAF), em plena validade, concedido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

8.26.1.3. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

8.26.1.4. Os atestados deverão possuir informações suficientes para qualificar e quantificar o fornecimento do objeto.

8.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.26.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.27. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.27.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.27.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.27.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.582.516,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.582.516,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e dezesseis reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante do subitem 1.1., do presente Termo de Referência.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria n.º 17/2024 - PRAF/REITORIA/IFPB, de 28 de fevereiro de 2024.

JOAO MIGUEL NETO

Membro da Equipe de Planejamento

Despacho: Portaria n.º 17/2024 - PRAF/REITORIA/IFPB, de 28 de fevereiro de 2024.

DULCICLEIDE DOS SANTOS BARROS MANGUEIRA

Membro da Equipe de Planejamento